

**FRONTEIRA E HORIZONTALIDADE NA AMAZÔNIA:
AS CIDADES GÊMEAS DE TABATINGA (BRASIL) E LETICIA (COLÔMBIA)**

**FRONTIER AND HORIZONTALITY IN THE AMAZON:
THE TWIN CITIES OF TABATINGA (BRAZIL) AND LETICIA (COLOMBIA)**

**LA FRONTERA Y LA HORIZONTALIDAD EN LA AMAZONÍA:
LAS CIUDADES GEMELAS TABATINGA (BRASIL) Y LETICIA (COLOMBIA)**

Emerson Flávio Euzébio

Universidade de São Paulo-USP

emfeuzebio@hotmail.com

Resumo: As cidades situadas na fronteira ocidental da Amazônia constituem rica área a ser estudada. Nas últimas três décadas a estrutura urbana e populacional da Amazônia sofreu modificações significativas. A população urbana passou de 59% para 79% (IBGE, 2010). Nesse movimento destaca-se a centralidade que vem se desenvolvendo em torno das cidades gêmeas fronteiriças: Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia) situadas na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru. O objetivo da pesquisa foi compreender a dinâmica territorial criada em torno do subespaço das cidades gêmeas Tabatinga-Leticia, partindo da análise da densidade de fixos, fluxos e normas, e do significado das horizontalidades presentes no subespaço. A pesquisa fundamentou-se em informações obtidas em fontes estatísticas brasileiras, colombianas e em trabalhos de campo, que incluiu coleta de dados primários e secundários; entrevistas em órgãos oficiais, instituições públicas e entidades privadas localizadas no subespaço. O inventário dos fixos, levantamento da densidade normativa e análise dos fluxos associado ao estudo da formação sócioespacial das sociedades nacionais envolvidas nos permitiu compreender como a fluidez territorial e a porosidade territorial têm contribuído para a consolidação de uma horizontalidade interurbana que tem se traduzido em melhoria das condições de vida da população e vem conformando uma centralidade regional.

Palavras-chave: Amazônia; cidades gêmeas; fluidez territorial; porosidade territorial; horizontalidades.

Abstract: The towns located in the occidental boundary of Amazon constitute a rich area to be studied. In the last three decades the population and urban structure in Amazon has suffered significant modifications. The urban population turned from 59% to 79% (IBGE, 2010). By this process is possible to highlight the concentration that is being developed in the surrounds of the twin cities of the frontier: Tabatinga (Brazil) and Leticia (Colombia) located at the triple frontier Brazil-Colombia-Peru. The goal of this research is to understand the territorial dynamic process created around the sub-space of the twin cities Tabatinga-Leticia, starting with the analysis of the density of infrastructures, flows and norms, and with information obtained from Brazilian and Colombian statistic sources and by fieldworks, which includes primary and secondary data collection; interviews in official organs, public institutions and private foundations located in the sub-space. The inventory of the infrastructures, collection of the normative density and the flows analysis associated to the studies of the social-spatial formation of the national societies involved has allowed the comprehension of how the territorial flowing and territorial porosity has contributed to the consolidation of an intercity horizontality, which has been brought to an improvement of life conditions and has been turned into a regional center.

Keywords: Amazon; twin cities; territorial flowing; territorial porosity; horizontality.

Resumen: Las ciudades ubicadas en la frontera occidental de la Amazonia son zona rica a estudiar. En las últimas tres décadas, la estructura urbana y la población de la Amazonía sufrió cambios significativos. La población urbana aumentó del 59% al 79% (IBGE, 2010). En este movimiento pone de relieve la importancia que se ha desarrollado en torno a las ciudades fronterizas gemelas: Tabatinga (Brasil) y Leticia (Colombia), situadas en la triple frontera entre Brasil, Colombia y Perú. El objetivo de la investigación fue entender la dinámica territorial creada en torno del subespacio que comprende las ciudades gemelas Leticia-Tabatinga, tomando por base un análisis de la densidad de la infraestructura, de los flujos y normas, y el sentido de la horizontalidad presente en el subespacio. La investigación se basó en informaciones obtenidas de fuentes estadísticas de Brasil, Colombia y el trabajo de campo, que incluyó la recolección de datos primarios y secundarios, entrevistas en organismos oficiales, instituciones públicas y entidades privadas ubicadas en el subespacio. El inventario de infraestructuras y normas y el análisis de los flujos asociados con el estudio de la formación socio-espacial de las sociedades nacionales involucradas, nos permitieron entender cómo la fluidez territorial y la porosidad territorial han contribuido a la consolidación de una horizontalidad interurbana que se ha traducido en una mejora de las condiciones de vida de la población y están conformando una centralidad regional.

Palabras clave: Amazonas; ciudades gemelas; fluidez territorial; porosidad territorial; horizontalidad.

INTRODUÇÃO

As cidades situadas na fronteira ocidental da Amazônia constituem rica área a ser estudada. Nas últimas três décadas a estrutura urbana e populacional da Amazônia brasileira sofreu modificações significativas. A população urbana passou de 59% para 79% (IBGE¹, 2010). Tabatinga (Brasil) ultrapassou 52² mil habitantes em 2010, e Leticia, cidade vizinha colombiana alcançou 40 mil habitantes (DANE³, 2011). Juntas, ultrapassaram 90 mil habitantes. Nesse movimento destaca-se a centralidade que vem se desenvolvendo em torno do subespaço dessas cidades gêmeas, que registrou um aporte populacional de aproximadamente 200% nas últimas três décadas, enquanto outras localidades num raio de até 500 km tiveram suas populações encolhidas.

As cidades gêmeas Tabatinga e Leticia formam um subespaço urbano conurbado (NOGUEIRA, 2004), situado à margem esquerda do rio Solimões/Amazonas, na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, interior da floresta Amazônica. Sem acesso rodoviário, localizam-se em torno de 1.000 km distantes de seus respectivos centros regionais mais próximos: Manaus e Bogotá. Por forças geopolíticas, Leticia tornou-se município em 1963 e Tabatinga colônia militar em 1967, a primeira elevada à capital de Departamento em

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados de 2010.

² Dos 62 municípios do Estado do Amazonas, até 2010, somente 8 tinham populações superiores a 50 mil habitantes, e Tabatinga atingiu a sétima posição com 54.440 habitantes nesse mesmo ano. A capital Manaus possui 1,8 milhões (macrocefálica) e a segunda, Parintins, conta com apenas 103 mil habitantes.

³ *Departamento Administrativo Nacional de Estadística*, Colômbia, dados de 2011.

1991 e a segunda emancipada em 1983. Cidades diferentes no que se refere à formação socioespacial (VARGAS, 1999), porém similares quanto ao processo de ocupação e significação econômica do território baseado na exploração da borracha (OLIVEIRA, 1998; MENEZES, 2009) - *caucho* (DOMINGUEZ, 1985), mas, sobretudo, quanto às suas relações sócio-históricas de nascença indígena anteriores ao estabelecimento das próprias fronteiras internacionais.

Dos anos 1980 para cá, mudanças expressivas de cunho político, econômico e social alteraram a vida de relação e a dinâmica interna e externa do subespaço, permitindo ao lugar hoje, estabelecer relações verticais em rede dentro de uma dinâmica global. Essas mudanças parecem estar alicerçadas sobre um conjunto de fatores, relacionados às condições políticas, estruturais, espaciais e sociais, assim como, à horizontalidade que se desenvolve no subespaço, suportada pela complementaridade das produções e pelo exercício de uma existência solidária. (SANTOS, [1994], 2008).

Nesse sentido, o propósito da pesquisa foi compreender a dinâmica territorial do subespaço das cidades gêmeas Tabatinga e Leticia, partindo da análise da densidade dos fixos, fluxos e normas e também do significado da horizontalidade presente no subespaço para o desenvolvimento econômico, social e cultural. Para tanto, enquanto método, dedicamo-nos a estudar a gênese do lugar, a fluidez e a porosidade territorial, bem como a horizontalidade, presente nas relações cotidianas de vizinhança.

A pesquisa ancorou-se teórica e metodologicamente nos conceitos: formação socioespacial (SANTOS, [1979a], 2008); fluidez territorial (SANTOS, [1994], 2008; [1996], 2009; ARROYO, 2001); porosidade territorial (ARROYO, 2001); faixa de fronteira e cidades gêmeas (MACHADO, 2005; OLIVEIRA, 2005; STEIMAN, 2002); geopolítica (ANDRADE, [2001], 2007; COSTA, [1988], 1997; RAFFESTIN, [1980], 1993) e Amazônia (BECKER, 1994; [2004], 2009).



Figura 1 e 2: localização da área de estudo

Fonte: cedido pela Capitania dos Portos de Tabatinga. Adaptado pelo autor.

A PRODUÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA

Da expansão luso-castelhana ao Tordesilhas à Madri (1494-1750)

Durante os primeiros dois séculos e meio da ocupação luso-castelhana na Amazônia, período situado entre o Tratado de Tordesilhas (1494) e o Tratado de Madri (1750), legalmente a grande região pertencia à

Espanha. A descoberta do “rio das Amazonas” e sua penetração interior iniciada por Belém foi, sobretudo, realizada por portugueses durante a vigência da União Ibérica. A estratégia de ocupação foi, inicialmente, a instalação de missões religiosas, seguida de fortins militares e da implantação da economia das “drogas do sertão”.

A partir de 1616, em seguida a fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém, que significou o controle de acesso à vasta região amazônica (REZENDE, 2006), o estabelecimento das ordens religiosas no território passou a constituir política da Coroa Portuguesa (MACHADO, 1989). Os Franciscanos foram os primeiros a chegar, em 1616, seguidos dos carmelitas em 1624, depois dos mercedários vindos de Quito com Pedro Teixeira em 1639, e finalmente, os Jesuítas trazidos pelo Padre Antônio Vieira em 1652-53. “A forma menos custosa para garantir o domínio [...] amazônico [...] da época, era, sem dúvida, a missão religiosa” (MACHADO, 1989, p. 40).

A organização das missões permitia a subsistência e a produção de excedentes que eram comercializados com isenção de dízimos e taxas aduaneiras em Lisboa. Segundo Machado (1989), em 1751, a população total das missões foi estimada em 12 mil habitantes. Uma população pequena relativamente à área considerada, no entanto, parece ter sido suficiente para garantir durante todo o período a posse portuguesa. Moraes (2000) resume a estratégia dizendo que “foi nessa área que a instituição religiosa melhor desempenhou o papel congênere na função de ocupação e afirmação da soberania” (p. 400).

Entre as expedições realizadas nessa fase, a de Pedro Teixeira, desde Belém até Quito no Equador, significou a tomada de posse da região para Portugal em nome do Rei da Espanha e veio a balizar a linha de fronteira entre as duas nações (GADELHA, 2002). Moraes (2000) aponta que essa bandeira foi a “mais dilatada das expedições exploradoras [...] e que constituiu tentativa de desalojamentos dos núcleos estrangeiros e instalação de bases portuguesas no vale do grande rio” (p. 397). Pedro Teixeira propiciou a infiltração dos portugueses pelo vale amazônico até aproximadamente 1740 (um século). Período em que ocorreram muitas Ordens Régias, expedições e conflitos entre portugueses e espanhóis pelo controle ocidental do vale do rio Solimões.

Outra estratégia de controle territorial empregada durante a União Ibérica, que foi mantida por Portugal após 1640, foram os territórios diretamente subordinados à Metrópole. Um exemplo foi o Estado do Maranhão, criado 1621, politicamente independente do Brasil e subordinados ao Governo Geral de São Luís (REZENDE, 2006).

A ocupação colombiana, por sua vez, iniciada pelo Caribe em busca do “*El Dorado*”, manteve-se sobre a cordilheira dos Andes e nem de longe, alcançou selva oriental colombiana, a exceção da missão do Padre Samuel Fritz (1689), que, a mando da Coroa Espanhola, desceu pelo Vale do rio Amazonas/Solimões desde Quito e fundou mais de três dezenas de reduções às margens do rio *Napo* e Solimões, das quais algumas originaram cidades como Tefé e Coari. No entanto, no período seguinte a União Ibérica, entre 1640 e 1740, em aliança com os ingleses, os portugueses intensificaram as ações de ocupação da grande hiléia expulsando os estrangeiros e erguendo fortins ao longo do vasto território (MACHADO, 1989).

A disputa pela borracha constitui a fronteira (1750-1938)

Desde quando os portugueses ocuparam a foz do rio Amazonas e fundaram Belém (1616) até o Tratado de Madri (1750), a Amazônia formalmente pertencia à Espanha, por força do Tratado de Tordesilhas, entretanto, de fato, era ocupada por Portugal. Nesse ínterim se passaram 134 anos de indefinições geopolíticas (RIBEIRO, 2006). O advento do Tratado de Madri (1750) legalizou as fronteiras segundo o argumento jurídico da posse pelo uso (*uti possidetis*), e Portugal que havia explorado as terras a oeste, para muito além do Meridiano de Tordesilhas, tanto no Amazonas como no centro-oeste brasileiro, tornou-se o grande detentor do amplo território.

Concomitantemente ao Tratado de Madri (1750), assumiu como Secretário de Negócios Estrangeiros e da Guerra, o Marquês do Pombal⁴, o qual influenciou a expulsão das ordens religiosas de Portugal e das colônias em 1759, e passou o controle territorial aos militares (MACHADO, 1989). Politicamente, Pombal desejava conduzir o governo colonial sob o contexto do mercantilismo crescente na Europa. Desde então, os portugueses moveram uma profunda reorganização política, econômica, social, jurídica e religiosa na Amazônia e no Centro-Oeste do Brasil visando ocupar e povoar para garantir a defesa e a posse.

Pode-se afirmar assim, que até o final do século XVII, as bases da formação territorial brasileira estavam dadas, isto é, a soberania lusitana estava reafirmada (MORAES, 2000). Tais ações políticas permitiram que, por ocasião da Independência (1822), o Brasil tivesse sua área territorial mais que triplicada e, porquanto, não demorou em oficializar suas fronteiras com as nações vizinhas sul-americanas (REZENDE, 2006). Nesse ínterim, foi erigido o Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga (1770), marco militar na fronteira Brasil-Colômbia-Peru que permanece até hoje. E, quase 100 anos mais tarde, Leticia (1867), posto aduaneiro peruano e elo fronteiriço de comunicação com Iquitos (Peru).

No período seguinte à Independência (1850 e 1920), um evento exógeno trouxe à região norte e à fronteira da Amazônia brasileira um impulso econômico e demográfico com profundas repercussões. “A descoberta do processo de vulcanização da borracha pelo norte americano Goodyear [tornou] o interior da floresta um dos principais alvos do capitalismo internacional” (HUERTAS, 2007, p. 32). A economia da borracha inseriu a Amazônia no mercado internacional e capitais nacionais e estrangeiros mobilizaram-se para a região trazendo a navegação a vapor⁵ e fortalecendo o mecanismo de aviamento⁶. Mais de 300 mil imigrantes, sobretudo, vindos do nordeste brasileiro, emigraram para a região a fim de suprir a escassez de mão-de-obra, movimento que fora nomeado por Furtado ([1959], 1971) como “transumância amazônica”. Novos núcleos de povoamento surgiram, anteriores foram revigorados, Manaus foi elevada à Capital (1852), enquanto a peonagem e a escravidão por dívida aumentavam, caracterizando as relações de trabalho.

⁴ Sebastião José de Carvalho e Melo. Secretário de Negócios Estrangeiros e da Guerra nomeado por D. José I (1750). Absolutista, anticlericalismo e tinha o mercantilismo como modelo econômico (RIBEIRO, 2006).

⁵ Em 1852 foi concedida exclusividade de navegação no Amazonas à Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, empresa do Barão do Mauá, condicionado à fundação de 60 colônias ao longo dos rios.

⁶ Modelo creditício concebido para o custeio da safra da borracha que era capilarizado até as mais distantes regiões da floresta. Institucionalizou a dependência total do seringueiro e a escravidão por dívida.

A economia da borracha chegou à atual região da tríplice fronteira somente em 1890, três décadas após seu início, e fez brotar uma economia capaz de articular a região com o mercado internacional e com o interior de seus respectivos países. A região do “Alto Solimões figurava entre as áreas produtivas menores, sendo comum que as casas aviadoras de Manaus e Belém a registrassem sob a rubrica de Iquitos⁷ juntamente com a goma proveniente do rio Javari e do Peru” (OLIVEIRA, 1998, p. 77). Nesse período, “Leticia abrigava um entreposto de comercialização, onde as casas aviadoras de Iquitos no Peru compravam esse produto extrativo” (NOGUEIRA, 2008, p. 170).

A pujança de tal economia fez emergir a necessidade de se circunscrever até onde alcançava territorialmente o poder de cada nação (RAFFESTIN, [1980], 1993). Peru e Colômbia apressaram-se em reivindicar posse e confirmar suas fronteiras naquela região que há mais de três séculos não significava valor econômico ou político (EUZEBIO, 2012). O Tratado de *Lozano-Salomón* (1928-1938) definiu o limite entre Colômbia e Peru e passou a cidade de Leticia ao domínio colombiano, situação que levou ao Conflito de Leticia (1932-33). Desde então, Leticia assumiu a função militar de “cabeça de ponte” colombiana na fronteira com o Peru e o Brasil.

Verticalidades institucionais consolidam a fronteira (1938-1981)

O processo de consolidação da fronteira Brasil-Colômbia-Peru terminou no final dos anos 1930, concomitantemente à conjuntura geopolítica e econômica mundial dada no período entre as guerras mundiais e após o Crash de 1929. No início dos anos 1940 os limites internacionais haviam sido definidos, faltava agora tornar aquele subespaço fronteiriço “vivo”, instalar os meios técnicos necessários a estabelecer a incorporação dele aos respectivos espaços nacionais, processo que se desenrolou ao longo de mais de meio século até aproximadamente 1990.

A vigência do Estado Novo no Brasil (1937), apesar de seu caráter autoritário e centralizador produziu importantes repercussões econômicas, sociais e territoriais em todo o país, sobretudo na Amazônia. As circunstâncias geopolíticas estabelecidas com o final da II Guerra Mundial provocaram ações territoriais voltadas ao desenvolvimento e proteção da região amazônica. Estas ações foram reforçadas na fase seguinte quando os militares assumiram o poder sob o lema: “integrar para não entregar” e instituíram a Operação Amazônia, dando início a modernização conservadora (BECKER e EGLER, [1992], 1994).

Nesta fase, foram criados vários superórgãos estatais e políticas federais voltadas a modernização e articulação do território brasileiro com importantes ações sobre a região amazônica. Foi nesse período (1965-67) que nasceu o embrião urbano de Tabatinga: a pista de pouso e a vila militar. Leticia, por sua vez, desde 1955 já dispunha de um aeroporto e era emancipada desde 1963, por força da política de defesa nacional colombiana, que tinha Leticia como ponto estratégico de acesso ao rio Solimões/ Amazonas.

O Plano de Integração Nacional (PIN), instituído em 1970, em meio ao auge do “milagre econômico

⁷ Cidade peruana situada 245 km a oeste de Tabatinga-Leticia, desenvolver-se de forma surpreendente em meio a selva peruana a partir da economia do *caucho* (borracha), sendo hoje uma cidade com mais de 400 mil hab. e seu porto fluvial é o mais importante do país.

brasileiro”, representou uma estratégia de alargamento das fronteiras econômicas internas do país (COSTA, [1988], 1997). E tinha a ambiciosa meta de “rasgar a imensa floresta amazônica de leste a oeste e de norte a sul, encravando em seu âmago uma cruz rodoviária que fosse capaz de descortinar as riquezas escondidas em seu subsolo e proporcionar a colonização da selva, integrando-a a vida nacional” (HUERTAS, 2007).

Entre as rodovias/eixos de integração criados nessa época temos as: BR-010 (Belém-Brasília); BR-163 (Cuiabá-Santarém); BR-364 (Cuiabá-Porto Velho); BR-316 (Pará-Maranhão); BR-230 (Transamazônica) e ainda o planejamento da construção da Perimetral Norte, desde o Amapá até o oeste do Amazonas na fronteira com a Colômbia.

Para Cataia (2001) “os militares sedimentaram uma camada técnica sobre o território brasileiro que possibilitou hoje os presentes sistemas técnico”. Dentro da estratégia governamental de integração nacional viabilizada por projetos agrícolas, pecuários, minerais e industriais, pode-se citar como destaque na Amazônia: a criação em 1967, da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), incumbida de desenvolver o Pólo Industrial de Manaus (PIM), o que veio a reerguer a economia da região que estava em recessão desde o final do ciclo da borracha, fazendo Manaus tornar-se metrópole regional em pouco mais de uma década.

Em meados da década de 1980, concomitante ao fim do regime militar (1985) brasileiro, se deu a emancipação de Tabatinga de Benjamin Constant (1983), e de tantos outros municípios brasileiros. Logo em seguida, Leticia foi elevada a Capital do Departamento do Amazonas (1991). Tais mudanças marcaram o início de um novo ciclo na política e na economia do subespaço. Obviamente, esses núcleos urbanos gêmeos sofreram influência da díade fronteiriça, característica de cidades que mantêm historicamente relações muito intensas entre si dada a situação de isolamento e distância de seus centros políticos, e, logo, da necessidade do intercâmbio para a própria sobrevivência (FARRET, 1997).

A Colômbia, por sua vez, entre os anos 1930-1950 empenhou-se no movimento de abertura das estradas ditas de “defesa nacional”, voltadas a defesa e soberania do território. Nos lindes de seu vizinho Peru, estimulou a criação de colônias militares como forma de ocupação da região amazônica, estratégia que foi chamada de “colombianização da colonização”, na qual se enquadra Leticia (VARGAS, 1999). A partir dos anos 1950, com a ascendência da industrialização colombiana, as redes técnicas passaram a ser construídas de forma intensa visando aumentar a fluidez territorial. As estradas foram ampliadas predominantemente no sentido sul-norte, e em menor escala, no sentido leste-oeste; a navegação fluvial no setor oriental (Amazônico) pouco recebeu investimentos, opostamente o setor aéreo que alcançou áreas remotas da selva como Leticia (GÓMEZ, 2005).

O declínio do PIB nos anos 1970, associado ao desmonte do Pacto Internacional do Café (base da economia colombiana), a evidência das políticas liberais e a contração econômica internacional (1980), conduziram a Colômbia a uma crise econômica que só foi superada nos anos 1990. Simultaneamente a essa conjuntura recessiva, os cultivos ilícitos de coca, avançaram pela região da fronteira sul colombiana ao longo do rio Putumayo, promovendo uma importante migração por vasta área de selva, que ficou conhecida

como “colonização do narcotráfico” (VARGAS, 1999). Entre 1977-1986, sob o auspício do Cartel de Leticia, o narcotráfico se tornou o carro chefe da economia regional e o subespaço passou por um intenso crescimento econômico e populacional, funcionando como corredor de exportação da droga pela via fluvial Solimões/Amazonas (STEIMAN, 2002).

Somente nos anos 1990, com as mudanças políticas ocorridas no governo central colombiano, onde se incluí o *Plan Colombia*⁸, a elevação de Leticia a Capital de Departamento, operações militares conjuntas com o governo brasileiro e a implantação de um forte aparato militar e institucional, é que Leticia e Tabatinga, alcançaram uma nova ordem social, econômica e institucional, livrando-se do Cartel e iniciando uma nova fase, num também novo, contexto político latino americano (EUZEBIO, 2012).

A FLUIDEZ TERRITORIAL NA FRONTEIRA

A fluidez territorial é entendida como a “[...] qualidade dos territórios nacionais que permite uma aceleração cada vez maior dos fluxos que o estruturam, [...] base material formada por um conjunto de objetos concebidos [...] para garantir a realização do movimento” (ARROYO, 2001). Valendo-nos disso, nos importa saber como esse subespaço amazônico vem se inserindo no meio técnico-científico-informacional (SANTOS, [1996], 2009) e como os Estados vêm provendo essas cidades das próteses necessárias à maior fluidez requerida pelos mercados. Nesse sentido, o inventário que segue nos permite verificar os fixos que dão suporte à fluidez territorial no subespaço Tabatinga-Leticia viabilizando os fluxos na escala local e extralocal.

As telecomunicações e a internet

A densidade informacional define o grau de exterioridade do lugar e sua propensão a estabelecer relações com outros lugares (SANTOS, [1996], 2009). As ordens agem diretamente sobre a sociedade e o território após executadas pelos diferentes agentes, no entanto, para que a informação flua há necessidade um conjunto de meios técnicos. Para Bertha Becker ([2004], 2009), as redes de telecomunicações na Amazônia se constituem elementos de crucial importância para o estabelecimento das relações global-local. . Nesse sentido, apresentamos a seguir informações de ordem técnica⁹ a respeito das possibilidades de comunicações no subespaço em questão.

Toda a rede de voz e dados (telefonia e internet) disponível em Tabatinga está sob o controle da

⁸ *Plan Colombia*, criado pelo governo dos Estados Unidos em 2000, com vistas a combater a produção e o tráfico de cocaína na Colômbia e desestruturar as guerrilhas de esquerda.

⁹ Desde dezembro de 2009 viemos realizando um levantamento sobre como se estabelecem os serviços de telecomunicações e internet no âmbito das cidades de Tabatinga e Leticia. As informações foram alcançadas por meio de entrevistas realizadas junto aos escritórios das concessionárias locais das duas cidades.

empresa OI¹⁰. Esta possui um link satelital que liga sua central local ao seu sistema nacional de voz e dados e distribui a internet exclusivamente aos bancos e a algumas instituições públicas locais por linhas privadas de até 512 Kbps de velocidade. Devido à inviabilidade tecnológica da única central telefônica da OI que atende a cidade e a estreita banda do enlace satelital, a empresa não disponibiliza nem internet banda larga via linha telefônica (ADSL¹¹) nem discada. Em consequência surgiram várias empresas locais provedoras de internet via rádio. Estas contratam enlaces satelitais de operadoras de grandes centros ou “pirateiam” internet de Leticia e distribuem via rádio na cidade, normalmente um serviço de baixa qualidade e instável, devido às conexões serem compartilhadas.

A telefonia fixa da OI abrange a maior parte da cidade com poucas exceções. As instituições públicas federais e estaduais, incluindo as escolas, são providas de internet pelo GESAC¹², com velocidades que não passa de 256 Kbps. A telefonia celular passou a ser oferecida pela TIM a partir de 2003, e em 2008, pela VIVO, ambas com tecnologia GSM¹³. A partir de 2008, a TIM passou a oferecer internet móvel com velocidade nominal de até 200 Kbps. Contudo, na prática, devido à intensa demanda pelo serviço a velocidade tornou-se lenta e seu uso impraticável.

Em Leticia a telefonia fixa é prestada pela *Telefónica TELECOM*. A empresa oferece os serviços de telefonia fixa, internet banda larga (ADSL) com velocidade de até 1 Mbps e televisão digital. Isso justifica as inúmeras “*Lan Houses*” existentes lotadas de brasileiros e turistas. A telefonia móvel é prestada pela *COMCEL* e pela *Telefónica MOVISTAR*. Ambas oferecem internet móvel via GSM de 64 e 200 Kbps, respectivamente.

Verifica-se que Leticia é mais bem servida desses serviços do que Tabatinga, sendo a internet banda larga fator preponderante. Isso faz uma diferença fundamental para a circulação das informações e ordens necessárias ao funcionamento do comércio e serviços, sejam públicos ou privados, significando em Tabatinga uma barreira à fluidez territorial. Ademais, a disponibilidade desses serviços contribui para o desenvolvimento de uma psicosfera mais atualizada com respeito a tecnologia e a inserção político-social.

O transporte fluvial

A hidrovia do rio Solimões é administrada pela AHIMOC¹⁴ e o porto de Tabatinga pela SNPH¹⁵. O Porto Fluvial de Tabatinga é um ancoradouro flutuante de 60 x 16 m. Toda a operação de cargas é realizada

¹⁰ OI, Empresa de telecomunicações que presta serviços de dados, internet banda-larga, telefonia fixa, móvel e TV por assinatura. Considerada a terceira maior empresa de telecomunicações da América do Sul.

¹¹ ADSL - *Asymmetric Digital Subscriber Line*. Tecnologia de comunicação por fio que permite transmissão de voz e dados independentemente uma da outra por um mesmo circuito em alta velocidade.

¹² GESAC – Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão. Programa do governo federal que promove a inclusão digital levando internet via satélite a milhares de localidades do Brasil.

¹³ GSM - Sistema Global para Comunicações Móveis (2G). Tecnologia celular digital largamente utilizada que inclui canal de voz e serviços adicionais como, e-mail, mensagem de texto e mensagem de voz.

¹⁴ Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental.

¹⁵ Sociedade de Navegação, Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas.

manualmente por estivadores, haja vista este não dispor de nenhuma grua ou guincho. Segundo a ANTAC¹⁶, na hidrovia do Solimões estão autorizadas 41 embarcações, dessas atracam periodicamente em Tabatinga vinte e uma.

O transporte fluvial regular de carga e passageiros pelo rio Solimões no trecho Tabatinga-Manaus constitui-se na logística fundamental para o abastecimento das cidades de Tabatinga, Leticia e arredores. Mais de 90% do abastecimento de Tabatinga é realizado por esta modalidade. De pequenas a grandes lojas de varejo, oficinas e comércios, instituições públicas, escolas, hospitais, forças armadas, etc. Todas são abastecidas pela via fluvial, modalidade que, além de tudo, representa importantíssima e tradicional forma de transporte de passageiros na escala regional e municipal representando 70% do setor.

Aproximadamente 5.100 toneladas de cargas providas de Manaus são descarregadas em Tabatinga mensalmente, e 3.500 passageiros vão e vem. Considerando que a cidade não possui comunicação rodoviária e o volume de carga aérea é baixo, verifica-se que o abastecimento de Tabatinga é fluvial e que Leticia, tanto é dependente, como se beneficia disso, realizando a maior parte de seu abastecimento básico via Tabatinga ou encomendando de Manaus. Percebe-se assim, a importância desse sistema para a própria existência das cidades sendo fundamental à fluidez territorial do subespaço.

Diferentemente, Leticia, por não ter conexão fluvial direta com um centro provedor nacional colombiano, mesmo possuindo um porto flutuante similar ao brasileiro, seus fluxos de transporte de cargas e passageiros são, basicamente, circunscritos ao âmbito regional, predominando cargas de importação providas de Iquitos¹⁷ e de Manaus.

O transporte aéreo

Ambas as cidades possuem aeroportos internacionais com restrições para operação de grandes aeronaves. Esses aeródromos foram construídos a partir da metade da década de 1950, com vistas à articulação territorial e a atender as políticas de segurança nacional dos respectivos países. Eles se constituem fixos fundamentais de articulação do subespaço, considerando que as duas cidades não possuem comunicação terrestre.

O Aeroporto Internacional de Tabatinga foi construído em 1968 e é administrado pela INFRAERO¹⁸ desde 1980. Possui uma pista de 2,1 Km, e capacidade para 85 mil passageiros/ano. Nele opera hoje somente a TRIP Linhas Aéreas fazendo o trecho Manaus-Tabatinga diariamente com uma média de 3 mil passageiros/mês.

O Aeroporto Internacional de Leticia foi construído em 1955, sua pista mede 2,3 Km, e registrou 93 mil operações de passageiros em 2008. Nele atuam hoje quatro companhias aéreas: Aires; Copa-

¹⁶ Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

¹⁷ Importante cidade peruana, capital do Departamento de Loreto, com mais de 400 mil habitantes, localizada a 240 Km à oeste de Leticia com acesso pelo rio Amazonas que funciona como entreposto comercial.

¹⁸ Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO).

Aerorepública, Satena e, recentemente, a Avianca. O benefício fiscal promove a concorrência e viabiliza preços econômicos em Leticia de onde partem vôos internacionais para os Estados Unidos, Miami e Panamá. Tal possibilidade tem estimulado o turismo ecológico em Leticia, uma de suas principais atividades econômicas. Notadamente o transporte aéreo colombiano é mais desenvolvido, em especial o de cargas, por ser um serviço essencial para Leticia, haja vista que não dispõe de ligação fluvial ou rodoviária.

As instituições públicas

A presença de instituições públicas no território qualifica o lugar e contribui para a fluidez territorial. Elas viabilizam à população acesso aos serviços básicos, promovendo inclusão social e cidadania, os quais fazem parte da missão constitucional do Estado. Em Tabatinga as instituições públicas começaram a ser instaladas a partir de 1965¹⁹, correspondendo ao esforço do Estado no contexto do início do período militar e da integração nacional. Um segundo momento aconteceu concomitante a emancipação do município em 1983, quando começou a intensificação da estrutura político-administrativa, e do ano 2000 para cá, quando importantes instituições chegaram à Tabatinga em função de programas federais.

Leticia, desde 1963, constituiu-se município autônomo, e após 1991, foi elevada a capital do Departamento do Amazonas colombiano. Naturalmente, possui uma rede de instituições mais complexas que a brasileira e o peso político de capital contribui a esse favor.

Quadro 1- Instituições Públicas

Descrição	Tabatinga	Leticia	Descrição	Tabatinga	Leticia
Estabelecimento de Ensino Superior	1	1	Hospitais	1	1
Escola de Ensino Médio	5	10	Clínicas	2	3
Escola de Ensino Fundamental	63	56	Posto de saúde	5	6
Escola de Educação Infantil	35	30	Laboratório	1	1

Fonte: elaborado pelo autor a partir de trabalho de campo

A saúde pública é um setor sensível e carente no subespaço. Em Tabatinga a saúde é exclusividade do SUS²⁰, sendo o serviço prestado pelo Hospital de Guarnição Tabatinga²¹ (HGuT), duas pequenas clínicas privadas e cinco postos de saúde. Na Colômbia, o Sistema Geral de Seguridade Social em Saúde, diferencia a saúde pública em três categorias: subsidiado, contributivo e vinculado. As unidades de saúde públicas e privadas do município atendem às diferentes categorias. Devido ao maior número de especialidades é comum os brasileiros buscarem saúde privada em Leticia. O HGuT é o único hospital brasileiro de nível 2 em todo o Alto Solimões²², exerce, assim, uma significativa atração sobre as populações das cidades e povoados vizinhos nacionais ou não. Dos atendimentos realizados, cerca de 5% são a estrangeiros, sobretudo, peruanos.

¹⁹ Ano em que foi construída a pista de pouso (1965) e em seguida a Colônia Militar de Tabatinga em 1967.

²⁰ SUS – Sistema Único de Saúde brasileiro.

²¹ Unidade de Saúde do Exército Brasileiro que atende a população desde o convênio estabelecido em 1982 entre o Estado do Amazonas e o Comando Militar da Amazônia.

²² A microrregião do Alto Solimões é composta por nove municípios e soma uma população de mais de 245 mil habitantes, distribuídos numa área de 213,1 mil Km². (IBGE, 2006).

No quesito educação, Tabatinga registrou 15.704 matrículas em 2010 e Leticia 11.327, somando desde a educação infantil até a superior. Em Tabatinga a educação privada é restrita enquanto a pública predomina. Em Leticia dá-se o oposto: desde a fase infantil até a superior prevalece a privada e no ensino fundamental e médio a pública. Identifica-se que jovens da classe média de Tabatinga estudam em Leticia onde a educação é tradicional e rígida com 6 horas diárias de aula, enquanto em Tabatinga são apenas 4 horas.

A energia elétrica

A energia elétrica é um elemento básico à vida urbana e pensar a Amazônia de hoje inclui necessariamente esta para suas cidades e povoados. Uma usina termoelétrica movida a óleo diesel com capacidade de 6.700 kW abastece a cidade que possui uma demanda próxima aos 8.500 kW. Recentemente a Eletrobrás divulgou que novos grupos geradores elevariam a produção para 9.500 kW, mas isso ainda não aconteceu. A cidade vive um problema energético crônico de instabilidades e racionamentos, advindos do aumento da demanda nos meses mais quentes e/ou da inadequada gestão do combustível que vêm de Manaus embarcado em balsas 21 dias de viagem.

A energia elétrica em Leticia é provida por uma termoelétrica estatal de 3.200 kW. Grande parte do diesel é fornecido pela Petrobrás via Manaus. Dependente do aporte hidroviário sofre da mesma instabilidade que Tabatinga. É comum se encontrar pequenos grupos-geradores nos comércios leticianos. Parte do problema é devido a localização e transporte, e outra, à matriz produtora: óleo diesel. Tal deficiência inviabiliza a instalação de indústrias nas cidades e se constitui em forte obstáculo à fluidez territorial e ao desenvolvimento econômico e produtivo.

A POROSIDADE TERRITORIAL NA FRONTEIRA

A densidade normativa dos territórios, constituída pelo arcabouço legal que regula a circulação de mercadorias, pessoas e informações interfere diretamente nas relações econômicas, sociais, culturais e políticas, especialmente de cidades gêmeas fronteiriças. Os objetos técnicos (próteses) viabilizam a fluidez do território, e as normas instituídas pelos governos nacionais regulam seu movimento. Assim temos que a porosidade territorial é a “[...] qualidade dos territórios nacionais que facilita sua relação com o exterior, a partir de uma base institucional incumbida da regulação do movimento” (ARROYO, 2001). O quadro abaixo sintetiza as principais normas vigentes que regulam os fluxos interfronteiriços:

Quadro 2 – Normas que regulam os fluxos extralocais do subespaço

Elemento normativo	Descrição
1938 - Convênio de Cooperação Aduaneira (CCACP) - Colômbia e Peru	Estabelece uma área de tarifa aduaneira comum entre os dois países com o propósito de fomentar o comércio e a navegação, suprir as necessidades comuns e promover o desenvolvimento regional.

1978 - Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) - Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela	Visou promover o desenvolvimento regional equitativo da região amazônica para elevar o nível de vida de seus povos, integrando-os às suas economias nacionais. Ampliou a liberdade de navegação comercial no curso do rio Amazonas e demais rios da bacia.
1989 - Áreas de Livre Comércio de Tabatinga (ALCT) - Tabatinga	Estendeu o regime jurídico-tributário da Zona Franca de Manaus à áreas específicas da Amazônia Legal reguladas pela SUFRAMA. Tabatinga foi a primeira área a gozar de livre comércio de importação e exportação com regime fiscal especial, tendo a finalidade de promover o desenvolvimento da região da fronteira oeste do AM.
1995 - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) - Países do TCA	Ratificou e ampliou o TCA passando este a configurar como Organização Internacional e criando uma secretaria permanente em Brasília. Não modificou a finalidades, apenas seu status político.
1999 - Unidade Especial de Desenvolvimento Fronteiriço (UEDF) - Leticia	Área de livre comércio que concedeu regime de isenção fiscal para importação e exportação à Leticia, tendo a finalidade de criar condições especiais para o desenvolvimento econômico e social da localidade de fronteira e integrá-la com os países vizinhos.
2008 - Zona de Regime Especial Fronteiriço para as localidades de Tabatinga e Leticia (ZREF) Tabatinga e Leticia	Estabeleceu uma legislação especial aplicável ao consumo e comercialização exclusiva entre e dentro da área urbana das duas cidades vizinhas.
2008 - Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) - Brasil	Visa o fortalecimento legal e a institucionalização da faixa de fronteira brasileira contemplando o fortalecimento da cidadania, das potencialidades e do empreendedorismo locais.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de documentos oficiais

O primeiro marco normativo afeto ao subespaço em questão foi o próprio estabelecimento dos limites internacionais entre os três países limítrofes. O Tratado de Bogotá definiu a linha divisória entre Colômbia e Brasil em 1907. O Tratado *Lozano-Salomón* de 1922, depois ratificado em 1928, concedeu o *Trapézio Amazônico* à Colômbia, estabelecendo os limites entre Colômbia e Peru. A partir daí vários acordos foram sendo firmados envolvendo os três países vizinhos no sentido de aumentar a porosidade territorial fronteiriça viabilizando viabilizar maiores fluxos.

O mapa a seguir demonstra a espacialização das principais normas reguladoras dos fluxos:



Figura 3 – Espacialização das normas que regulam os fluxos fronteiriços

Fonte: elaborado pelo autor a partir de documentos oficiais

A inclusão de Leticia como UEDF (1999), mesmo 10 anos depois da ALCT, trouxe nova dinâmica econômica e mudou a realidade social de Leticia. Houve um incremento das importações de eletroeletrônicos, motocicletas, artigos pessoais e brinquedos sofisticados²³, reforçando o comércio com os tabatinguenses. Já a criação da ZREF (2008), veio mais formalizar o que já acontecia “ilegalmente” entre as duas cidades gêmeas fronteiriças, desburocratizando o comércio transfronteiriço para o consumo interno das cidades. Contudo, ainda não foi possível verificar resultados significativos a não ser pela avalanche de motocicletas importadas que trafegam em Tabatinga.

Em resumo, as normas têm contribuído para a intensificação das relações econômicas com efeitos sociais positivos. Estas, associadas à base técnica instalada (fixos), têm viabilizado fluxos extralocais para o subespaço. O mapa que segue exemplifica os principais fluxos externos que abastecem as cidades gêmeas, articulado-as como um nó da grande rede de lugares promovida pela onda globalizantes das últimas duas décadas.

²³ Mercadorias de alto valor agregado produzidas no circuito superior da economia dos países desenvolvidos que, viabilizados pelos fixos e normas chegam ao subespaço para serem comercializadas.



Figura 4 - Fluxos extralocais que abastecem as cidades gêmeas
Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados oficiais e trabalho de campo.

HORIZONTALIDADE NA FRONTEIRA

As cidades amazônicas são caracterizadas por sua baixa articulação territorial com o entorno, baixa atividade econômica, emprego predominantemente relacionado o serviço público e base econômica assegurada pelo repasse de recursos públicos (OLIVEIRA, 2006). Características que as enquadram como “cidades locais”, mormente sua restrita articulação imediata (SANTOS, [1979b], 2008).

Outra peculiaridade em que se circunscrevem Tabatinga e Leticia é a gênese locacional, situadas à margem de rio, são “cidades ribeirinhas”, definidas por Oliveira (2003), como “aquelas situadas à margem dos rios amazônicos cuja rede de circulação e articulação com o entorno e com o distante tem por base o rio [...]” (p. 63). Quando à gênese urbana, nascidas lado a lado, junto ao rio, denotam o tradicional sistema porto-mercado: “forma espacial [que] repete-se em inúmeras cidades na Amazônia e fora dela” (NOGUEIRA, 2008, p. 184).

A cultura particular desse subespaço vem de séculos, sendo pretérita à própria fronteira. A presença de numerosos contingentes indígenas localizados entre os rios Solimões (*Amazonas/Marañon*), Içá (*Putumayo*) e Japurá (*Caquetá*), em ambos os lados da fronteira (BECKER, [2004], 2009) é muito antiga. Essas populações nativas tradicionais estabeleceram laços de convivência ao longo da história, desde muito antes da consignação dos limites internacionais ou mesmo da chegada dos brancos europeus. Isso evidencia as raízes históricas da horizontalidade, denotando ser algo intrínseco, genético, estabelecido desde tempos remotos quando essas populações regionais dividiam livremente esse território. Essa particularidade social transpôs a barreira política estabelecida pela fronteira posterior e conduziu ao “movimento mútuo dos

fronteiriços [que] consolidou laços que hoje se revelam no parentesco binacional, por exemplo, com a constituição de famílias pertencentes a nacionalidades distintas” (NOGUEIRA, 2008, p. 174) e, ao mesmo tempo, serviu de suporte à economia local.

As relações sociais historicamente estabelecidas entre essas cidades gêmeas incluem um cotidiano compartilhado, envolvendo vínculos territoriais, culturais e sociais, que se sobrepõe aos limites das fronteiras, relação que foi classificada por Lia Osorio (2005), como do tipo “sinapse”. Os diferentes fluxos simultâneos de mercadorias, negócios, pessoas, serviços públicos e privados, culturais e sociais, entre outros, são possíveis, sobretudo, devido ao compartilhamento do território, mas também, aos fixos e às normas presentes/incidentes no subespaço, que consubstanciam a fluidez e a porosidade territorial.

Esses laços constituem as horizontalidades, assim denominadas por Milton Santos ([1994], 2008), como as relações contíguas, estabelecidas no domínio do cotidiano territorialmente compartilhado, com tendência a criar suas próprias normas, fundadas na similitude ou complementaridade das produções e/ou no exercício de uma existência solidária. O quadro a seguir, demonstra como objetos e serviços são compartilhados pela população das duas cidades gêmeas, que somam aproximadamente 90 mil habitantes:

Quadro 3 - Objetos e serviços compartilhados no subespaço

Objetos e Serviços	Relação	Observação
Aeropostos	Compartilhados	Para turistas leticianos e tabatinguenses dispensa passaporte (desde maio de 2009)
Portos	Não compartilhados	Distintos controles aduaneiros
Ruas e avenidas	Compartilhadas	Sem distinção de nacionalidade
Telefonia móvel	Compartilhada	Zonas de cobertura são sobrepostas
Escolas Privadas	Compartilhadas	Sem distinção de nacionalidade
Escolas Públicas	Compartilhadas	Comprovante de Residência
Universidade Pública	Não compartilhado	Por ser pública é exclusiva para brasileiros
Universidade Nacional da Colômbia (UNAL)	Compartilhada	Por ser privada, não impõe distinção de nacionalidade
Hospital Público brasileiro	Compartilhado	Sem distinção de nacionalidade
Hospital Público colombiano	Compartilhado	Sem distinção de nacionalidade, sendo pago
Clinicas de saúde privadas	Compartilhadas	Sem distinção de nacionalidade
Clubes de laser privados	Compartilhados	Sem distinção de nacionalidade
Bares, restaurantes e laser	Compartilhados	Sem distinção de nacionalidade
Comércio em geral e de combustíveis	Compartilhado	No varejo, dentro de certa cota legal
Moradia	Unilateral	Colômbia não permite a moradia de estrangeiros ilegais em Leticia; Brasil permite
Eventos culturais	Compartilhados	São prestigiados por ambos gentílicos
Cursos Técnicos e Línguas	Compartilhados	Complementares (convênios)
Mercado de Trabalho	Não compartilhado	Colombianos não permitem empregar brasileiros ilegais; Brasil permite, mas a língua portuguesa é uma barreira
Direito e Deveres	Não compartilhado	Cada território aplica sua legislação
Corpo de Bombeiros	Compartilhado	Corporação colombiana atende as cidades
Defesa Civil	Compartilhada	Atuam em conjunto conforme a necessidade

Fonte: **elaborado pelo autor a partir de dados primários obtidos em trabalho de campo.**

As duas cidades gêmeas têm uma forte relação de complementaridade econômica. O isolamento geográfico de ambas em meio à floresta Amazônica, contribuiu para essa aproximação, desde os tempos mais remotos, quando apenas grupos indígenas habitavam o lugar. Sabe-se, contudo, que alguns objetos e serviços são compartilhados ilegalmente no subespaço, marginalizados, obviamente, em grande parte devido à inércia das autoridades estatais e a lentidão da burocracia, fato que Adriana Dorfman (2009) designou de “contrabando cotidiano”.

Politicamente, uma frente à outra, unidas, ajudam-se mutuamente e complementam-se para o suprimento de suas necessidades. Essa relação desenvolveu-se calcada sob uma horizontalidade genética que se mantém em permanente burilamento. Nesse movimento solidário, superam suas diferenças culturais, desenvolvendo e exercendo cidadania e tolerância em todos seus aspectos. Elucida essa solidariedade, termos encontrados em documentos municipais, como a expressão “*los vecinos brasileños*” e “*vecindades*”, comuns em documentos colombianos, assim como: “amigos colombianos”, e o próprio nome da principal via de Tabatinga: “Avenida da Amizade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades gêmeas fronteiriças Tabatinga e Leticia, que na década de 1960 não passavam de insipientes e pobres povoados ribeirinhos imersos na grande floresta amazônica, ao receberam a atenção de seus respectivos governos nacionais, ainda que por diferentes circunstâncias históricas, relacionadas às respectivas formações sócioespaciais, influenciados por fatores econômicos e geopolíticos externos. Hoje, meio séculos depois, constituem juntas, um ascendente polo regional.

Isso se deve, ao que nos parece, a um conjunto de fatores: a soma dos investimentos em fixos possibilitou maior fluidez territorial; o esforço político criou uma situação normativa de alargamento da porosidade territorial; as circunstâncias genéticas de cunho geográfico e social aproximaram as comunidades, e esses ingredientes juntos, como que numa ação sinérgica, vêm desenvolvendo uma horizontalidade transfronteiriça que, simultaneamente, têm trazido desenvolvimento econômico e inclusão social.

Obviamente, inúmeros são os problemas no subespaço, enormes são as deficiências e as demandas das sociedades locais, percebe-se, no entanto, que as ações do passado foram fundamentais, e visualiza-se que as do presente podem desenvolver ainda mais esse potencial centrípeto, específico de cidades gêmeas, e vir a promover essas cidades à pólos regionais, com desenvolvimento econômico e inclusão social.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel C. *Geopolítica do Brasil*. 3. ed. Campinas: Papirus, 2007. 1. ed. [2001].
- ARROYO, Monica. *Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2001.
- BECKER, Bertha. *Amazônia*. Rio de Janeiro: Ática, 1994.
- BECKER, Bertha. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 1. ed. [2004].
- BECKER, Bertha e EGLER, Claudio. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 1. ed. [1992].
- CATAIA, Márcio. *Território nacional e fronteiras internas: a fragmentação do território brasileiro*. Tese de Doutorado. Departamentos de Geografia, FFLCH, USP, 2001.
- COSTA, Wanderley M. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. 6.ed. São Paulo: Contexto, 1997. 1.ed. [1988].
- DOMINGUEZ, Camilo. *Amazonia colombiana: visión general*. Bogotá: Banco Popular, 1985.
- DORFMAN, Adriana. *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações*. Tese de Doutorado. PPGGEO. UFSC, 2009.
- EUZÉBIO, Emerson. *Fronteira e horizontalidade na Amazônia: as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2012.
- FARRET, Ricardo. *Especificidades das áreas urbanas de fronteira*. In: CASTELLO, Iara R. et. all. *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/FEE, 1997.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. 1.ed. [1959].
- GADELHA, Regina M.A.F. *Conquista e ocupação da Amazônia: fronteira norte do Brasil*. Revista do Instituto de Estudos Avançados. Vol.16, nº 45. Maio/Agosto de 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a05.pdf>. Acesso em: 21 de julho de 2011.
- GÓMEZ, Gustavo. *Globalização e construção do território colombiano*. In: *Continente em chamas. Globalização e território na América Latina*. SILVEIRA, Maria Laura. (org.). Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2005.
- HUERTAS, Daniel. *Da fachada atlântica ao âmago da hiléia: integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola*. Dissertação de Mestrado. Departamentos de Geografia, FFLCH, USP, 2007.
- MACHADO, Lia. *Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)*. Tese de Doutorado. Departamentos de Geografia Humana. Universidade de Barcelona. 1989.
- MACHADO, Lia. *Estado, territorialidades, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana*. In: SILVEIRA, Maria. L. (org.). *Continente em chamas. Globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MENEZES, Maria. *Pequenas cidades em faixa de fronteira na Amazônia: o caso de Tabatinga e Benjamin Constant*. In: OLIVEIRA, José A. (org.). *Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. Manaus: EDUA, 2009.
- MORAES, Antonio. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- NOGUEIRA, Ricardo. *Território de Fronteira: Brasil/Colômbia*. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra/Portugal. VIII CES, 2004.
- NOGUEIRA, Ricardo. *Tabatinga: uma cidade na fronteira na Amazônia*. In: CASTRO, Edna. (org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.
- OLIVEIRA, José Aldemir. *Trilhas e atalhos: as cidades amazônicas no final do século XX*. In: ALVES, Claudia Lima Esteves. *Formação do Espaço Amazônico e relações fronteiriças*. Boa Vista: CCSG-UFRR, 1998.

- OLIVEIRA, José Aldemir. *A vivência nas cidades da Amazônia: algumas reflexões*. In. Amazônia indígena e ribeirinhos, sustentabilidade terras e políticas sociais. Caderno do Centro de Estudos e Ação Social. n.207. Set/Out. 2003.
- OLIVEIRA, José Aldemir. *A cultura, as cidades e os rios na Amazônia*. In. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ciência e Cultura. v. 58. n. 3. São Paulo, 2006.
- OLIVEIRA, Tito C.M. (org.). *Território sem limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: Ed. UFSM, 2005.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. 1. ed. Paris. [1980].
- REZENDE, Tadeu V. F. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. Tese de Doutorado. Departamentos de História Econômica, FFLCH, USP, 2006.
- RIBEIRO, Nelson. *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa a soberania restrita*. Belém: Editora Universitária da UFPA, 2006.
- SANTOS, Milton. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: EDUSP, 2008, 1. ed. [1979a].
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2008. 1. ed. [1979b].
- SANTOS, Milton. *Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2009. 1. ed. [1996].
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Edusp, 2008. 1. ed. [1994].
- STEIMAN, Rebeca. *A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, UFRJ, 2002.
- VARGAS, Gloria M. *Território e poder: a formação socioespacial colombiana*. Tese de Doutorado. Departamentos de Geografia, FFLCH, USP, 1999.